

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO LUXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO TEMPORAMANDIBULAR, UNI OU BILATETAL

Por este instrumento particular o (a) paciente \_\_\_\_\_ ou seu responsável Sr. (a) \_\_\_\_\_, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CRM \_\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_ para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “LUXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR, UNI OU BILATERAL”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico-cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

**DEFINIÇÃO:** é o deslocamento anormal e persistente da articulação do côndilo da mandíbula da cavidade glenoide, impedindo a movimentação da mandíbula. Normalmente o paciente apresenta dificuldade ou impossibilidade em fechar a boca. Normalmente o tratamento cirúrgico desta entidade envolve apenas manobras manuais e/ou instrumentais para redução da articulação na posição correta. Pode ser necessário, em raros casos, acessos cirúrgicos diretos (incisões) para redução cruenta da luxação e inserção de próteses (placas, parafusos, fios). Pode ser necessário a amaria dos dentes (fixação inter maxilo mandibular) e conseqüente fechamento da boca por tempo variável.

### COMPLICAÇÕES:

- Dor persistente na articulação temporo-mandibular;
- Fratura ou luxação de dentes;
- Fratura do côndilo da mandíbula;
- Recidiva da luxação;
- Dificuldade em abrir a boca;
- Lesão na língua ou mucosa oral;
- Distensão e estiramento da musculatura da mastigação

CBHPM 3.02.08.09-2/ 3.02.08.01-7

CID 10 – S030 S034 K076 M243 M244 M248

Declaro ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declaro, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

**Finalmente, declaro ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.**

# TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO LUXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO TEMPORAMANDIBULAR, UNI OU BILATETAL

Campos dos Goytacazes (RJ) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Ass. Paciente e/ou Responsável

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Ass. Medico Assistente

Nome: \_\_\_\_\_  
CRM: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

## Testemunhas

\_\_\_\_\_  
Nome/RG

\_\_\_\_\_  
Nome/RG

**Código de Ética Médica – Art. 22º.** É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

**Art. 34º.** É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

**Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º** - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39º - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.